



## **Coronelismo televisivo em Natal<sup>1</sup>**

João Carlos Araújo de Vasconcelos Leite<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### **Resumo**

A pesquisa analisa a relação entre os grupos políticos e emissoras de TV em Natal, Rio Grande do Norte, uma vez que todas as emissoras comerciais abertas estão ligadas a algum grupo político. Com esse intuito, observou-se o resultado das eleições realizadas desde 1987, comparando-os com a relação dos sócios e dirigentes que consta no Ministério das Comunicações. Foram entrevistados políticos que têm envolvimento com as emissoras da cidade, além de um juiz do TRE-RN. Para entender a razão pela qual os políticos têm tanto interesse em dominar os meios de comunicação, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Citam-se os casos em que a Inter TV Cabugi e TV Ponta Negra foram retiradas do ar durante o segundo turno das eleições de 2006. Conhecer as conseqüências dessa relação entre política, poder e televisão na cidade de Natal é o principal objetivo do trabalho.

### **Palavras-chave**

Mídia; TV; Coronelismo; Poder; Natal.

## **Coronelismo eletrônico: o modelo contemporâneo de controle social**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

<sup>2</sup> Aluno do curso de Comunicação Social - Radialismo - da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte -. *E-mail*: joaocarlosaraujo@oi.com.br

A enciclopédia Mirador (1981, 2908.) diz que o coronel, “[...] autoridade máxima do município, agente da manutenção da ordem e força eleitoral, dá a definitiva expressão ao fenômeno do coronelismo, de largas influências no período republicano”.

Para se manter no poder, o coronel precisava conquistar a simpatia do maior número possível de pessoas para que estas lhe retribuíssem com votos. Sobre a relação entre o coronel e a população que ele “defendia”, Paulino (1992, *apud* LIMA, 2002, p.91), afirma:

“Ao dever de votar em quem o coronel indicava, correspondia o dever do coronel de defender, ajudar aqueles que votaram. De ambos espera-se fidelidade e lealdade”. Lima (2002) acrescenta que “o coronel era visto pelo homem do campo como o salvador de muitos problemas”.

No entanto, com o passar do tempo, algumas regiões se industrializaram e se desenvolveram, tornando-se impossível manter-se o coronelismo como antes era praticado. Isso fez com que os coronéis adotassem novas estratégias para manter o controle social, sobretudo dominando os meios de comunicação de massa. Nesse contexto, surge uma nova fase do coronelismo, que pode ser denominada “coronelismo eletrônico”.

De acordo com Lima (2002, p.89), o processo de esvaziamento do coronelismo tradicional no Nordeste adquire uma nova tendência. “As velhas relações de dominação são substituídas por relações de clientela através de máquinas políticas e de domínio dos meios de comunicação”.

O interesse dos coronéis em dominar os meios de comunicação de massa deve-se ao fato de assim eles poderem manipular as informações transmitidas às pessoas, as impressões que elas têm a respeito deles e de seus adversários.

Lima (2006, p.55) frisa que: “[...] o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana, da política e dos políticos”. Isso permite, por exemplo, que os neocoronéis escondam suas ações desonestas, fazendo com que tais ações “não existam” para a população.

A respeito da construção da realidade pela mídia, Albuquerque (2006, p.14) afirma:

[...] uma coisa existe ou deixa de existir à medida em que é comunicada, veiculada. É por isso, conseqüentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem



silenciadas. [...] Se é a comunicação que constrói o poder, quem detém a construção dessa realidade detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias, sobre a criação da opinião pública.

Albuquerque (2002) faz referência a uma pesquisa a qual aponta que entre 80% e 90% dos candidatos comunicadores se elegem e que apenas 5% a 10% dos não-comunicadores conseguem vencer eleições.

### **As vitórias dos donos da mídia nas eleições em Natal**

Neste item procuraremos demonstrar, através de dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, a frequência com que, em Natal, os candidatos ligados às emissoras de televisão conseguem obter expressivas votações, na maioria das vezes saindo vitoriosos. Pretendemos mostrar que a relação entre domínio da mídia e poder, de fato, ocorre em Natal e que nessa cidade se vive a era do *coronelismo eletrônico*.

Como se lê no texto *De antena ligada*, publicado pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília, as concessões de rádio e TV no Brasil há muito tempo são usadas como moeda de troca para compra de apoio no Parlamento. Foi assim, por exemplo, durante o governo Sarney, quando foram feitas as concessões das emissoras pesquisadas neste trabalho. Em troca, os parlamentares ajudaram Sarney a aprovar a emenda que lhe deu cinco anos de mandato.

Comentaremos a seguir a atuação do coronelismo eletrônico em Natal, nas três principais emissoras de televisão.

#### TV Ponta Negra

A primeira TV comercial de Natal, fundada em 15 de março de 1987, tem como sócios Miriam Garcia de Araújo Sousa (também dirigente), Maeterlinck Rego Mendes, Luiz Maria Alves, Carlos Alberto de Sousa e Maria Lecy Araújo Sá.

Em 1990 Carlos Alberto de Sousa candidatou-se ao Senado da República, obtendo 329.793 votos, o correspondente a 42,44% dos votos nominais. Perdeu apenas para Garibaldi Alves Filho, o qual obteve 52,02% dos votos nominais.

É bom lembrar que essa votação se refere a todo o estado do Rio Grande do Norte, pois o TRE-RN não disponibilizou, nesse caso, a votação exclusiva do município de Natal, mas certamente esse município é o maior responsável pelo resultado da eleição.



Em 1994, Carlos Alberto foi eleito deputado federal, com a segunda maior votação em Natal (23.242 votos), sendo superado apenas por Henrique Eduardo Lyra Alves, sócio da TV Cabugi.

No ano de 1998, Carlos Alberto de Sousa voltou a candidatar-se e a perder, dessa vez para Fernando Bezerra, que, apesar de não possuir nenhuma emissora de TV na cidade, era da coligação do candidato vencedor para governador, Garibaldi Alves Filho. Os candidatos ao Senado obtiveram, respectivamente, 61.214 e 131.788 votos, o que significa 76,07% dos votos nominais do município de Natal.

A filha de Carlos Alberto e da também sócia da emissora Miriam Garcia de Araújo Sousa, Micarla Araújo de Sousa Weber, entrou para a vida política em 2002, quando foi candidata a vice-prefeita, na chapa encabeçada por Carlos Eduardo Nunes Alves.

Em 2006 Micarla foi eleita deputada estadual, com 24.124 votos na capital. No segundo turno, ela apoiou a candidata vencedora para o governo do estado, Wilma de Faria, chegando a ter sua emissora tirada do ar por 24 horas, em duas oportunidades, pela Justiça Eleitoral, por fazer proselitismo político durante a programação da TV. Coincidência ou não, ao assumir o governo do estado em 2007, Wilma de Faria nomeou Miguel Weber, marido de Micarla, secretário de Esportes.

#### TV Tropical

Em 1988, entrava no ar a TV Tropical, tendo como sócios: Oto Agripino Maia, José Agripino Maia e Tarcísio de Vasconcelos Maia, este também dirigente da emissora. Nesse mesmo ano, Wilma Maria de Faria Maia, nessa época casada com Lavosier Maia Sobrinho, primo de Tarcísio Maia, era eleita prefeita de Natal, com 93.728 votos.

Na eleição de 1990 para o governo do estado, dois membros do clã Maia estavam na disputa: José Agripino Maia e Lavosier Maia Sobrinho. No primeiro turno obtiveram, respectivamente, 454.528 e 372.301 votos. No segundo turno, José Agripino saiu vitorioso novamente, com 525.229 contra 483.067 de Lavosier Maia.

Quatro anos mais tarde, José Agripino Maia seria eleito senador da República, com 74.311 votos, sendo superado apenas por Geraldo Melo, eleito para a outra vaga no Senado, com 83.316. É necessário frisar que Geraldo Melo é irmão de Pedro Melo, sócio e dirigente da TV Potengi. Agripino foi, ainda, reeleito em 2002, com mais de 130 mil votos em Natal.



Na eleição para a prefeitura de Natal em 1996, Wilma Maia superou a candidata Fátima Bezerra no segundo turno, com 136.396, contra 127.531 votos da candidata petista, e acabou se reelegendo no primeiro turno em 2000, com 178.016 (no *site* do TRE, o nome da representante dos Maia está escrito Vilma Maria de Faria Meira, mas trata-se da mesma pessoa que já havia sido eleita prefeita de Natal em 1988).

No ano de 1998 Lavosier Maia foi eleito deputado federal, com a maior votação da capital potiguar, conquistando expressivos 36.348 votos, e Márcia Maia, filha de Lavosier e da prefeita de Natal, Wilma Maia, foi a mais votada na cidade entre os candidatos a deputado estadual, com 22.645 votos.

Mesmo já estando divorciada, Wilma Maria de Faria contou com o apoio de Lavosier Maia, e da filha de ambos Márcia Maia, para se eleger governadora em 2002 e 2006. No entanto, na segunda ocasião, José Agripino, que é sócio da TV Tropical, apoiou Garibaldi Alves. Nas duas oportunidades, Márcia Maia foi eleita deputada estadual, e na segunda seu pai também se elegeu deputado estadual.

Em 2006 Felipe Maia, filho do senador e sócio da Tropical José Agripino Maia, foi eleito deputado federal, com 24.898 votos em Natal.

#### Inter TV Cabugi

Assim como a Tropical, a Cabugi também foi fundada em 1988. Seus sócios são: José Gobat Alves, Henrique Eduardo L. Alves, Francisco de Assis Alves de Andrade (sócio e dirigente), Henrique José Lira Alves, Aluísio Alves, Ricardo Luiz de Vasconcelos Alves, Aluízio Alves Filho (sócio e dirigente), Celina Aparecida Nunes Alves, Garibaldi Alves Filho, Ismael Wanderley G. Filho, José Roberto Alves Cavalcanti, Manoel Alves Neto, Aluízio Alves Neto (sócio e dirigente).

Em agosto de 2005, segundo informação obtida por intermédio de uma jornalista da emissora, Virgínia Coeli, em contato telefônico, a TV Cabugi foi vendida e passou a se chamar Inter TV Cabugi. A respeito do grupo que comprou parte da TV foram buscadas informações através de contato por *e-mail*, ao qual, em 22 de março de 2007, a funcionária Núbia Cruz responde: “*As informações solicitadas são confidenciais*”.

Logo no ano de fundação da emissora, Henrique Eduardo Alves se candidatou à prefeitura de Natal; mas acabou derrotado por Wilma Maia, por uma diferença inferior a 7 mil votos. Esse, no entanto, foi o único revés sofrido por Henrique Eduardo: entre 1990 e 2006 ele foi eleito deputado federal cinco vezes; em 1994 foi o mais votado na capital, com 28.355 votos.



Além disso, em 1988 Ana Catarina Alves Wanderley, filha de Aluísio Alves e irmã gêmea de Henrique Eduardo Alves, nessa época casada com Ismael Wanderley G. Filho, foi a mais votada para vereador, com 8.151 votos, e dez anos mais tarde foi eleita deputada federal, com 10.844 votos em Natal.

Aluísio Alves, após a fundação da Cabugi, só se candidatou em 1990, quando foi eleito deputado federal. No mesmo ano, Garibaldi Alves foi eleito senador da República, o que se repetiria em 2002. E seu primo Carlos Eduardo Nunes Alves elegeu-se para deputado estadual, repetindo o feito em 1998, quando foi o terceiro mais votado em Natal, com 10.682 votos.

Após se tornar prefeito, quando Wilma de Faria renunciou para disputar o governo do estado em 2002, Carlos Eduardo se reelegeu, no segundo turno, em 2004, numa disputa muito acirrada com Luiz Almir, apresentador do programa da TV Potengi *Linha Dura*. O resultado desse embate foi 192.513 a 178.249.

Em relação à grande popularidade de algumas pessoas, como foi o caso de Luiz Almir nessa votação, Pedrinho A. Guareschi (2004, p.15) explica:

[...] numa sociedade silenciosa como a nossa, onde apenas alguns têm voz e vez, o simples fato de ter um nome conhecido já é critério suficiente para que a pessoa mereça fé e se torne merecedora do voto. Numa sociedade autoritária e elitista como a nossa são pouquíssimos os que podem participar desse serviço - a comunicação - que deveria estar à disposição de todo o grupo organizado. Numa sociedade assim onde um mínimo de pessoas pode falar e se fazer conhecido, a voz que desponta e a imagem que aparece é a de alguém que passa a existir, que emerge do profundo anonimato e da massificação generalizada onde vive a maioria do povo brasileiro.

Garibaldi Alves disputou o governo do estado três vezes e foi eleito em duas oportunidades (94 e 98), ambas em primeiro turno. Na única vez em que não venceu (2006), foi derrotado por Wilma de Faria, numa disputa acirradíssima tanto no primeiro quanto no segundo turno, com o resultado final de 179.163 a 197.564 votos em favor de Wilma de Faria. Nessa ocasião, o filho de Garibaldi, Walter Pereira Alves, foi eleito deputado estadual, com 11.379 votos na capital potiguar.

Essa campanha foi particularmente marcada pelo forte comprometimento das emissoras de TV com os grupos políticos dominantes na cidade, tanto que culminou na retirada do ar da TV Ponta Negra (duas vezes) e da Inter TV Cabugi. Essa foi a primeira campanha após a emissora ter recebido essa nova denominação.

### **Diferentes pontos de vista sobre a relação dos políticos com a TV**



No dia 23 de março de 2007 recebemos a resposta de um *e-mail* que havíamos enviado à deputada Micarla de Sousa, buscando conhecer o que ela pensa a respeito das questões de que tratamos nesse trabalho. A seguir apresentamos as perguntas que lhe enviamos e abaixo de cada uma delas *colamos* a respectiva resposta.

João Carlos: *Como você explica o interesse dos políticos em dominar os meios de comunicação em Natal?*

*Micarla*:

*"Não é que os políticos têm interesse em dominar os veículos de comunicação, mas sim, há duas décadas, empresários que trabalhavam na política tiveram condições de levantar capital e iniciativa para investirem nos crescentes meios de comunicação e viram nisso uma forma de servir a população através do jornalismo."*

João Carlos: *A senhora sente-se beneficiada em relação aos seus adversários políticos por apresentar um programa de TV e ser proprietária de uma emissora?*

*Micarla*:

*"Não me sinto beneficiada de forma alguma. A vitoriosa campanha para deputada estadual se deve ao trabalho que fiz durante minha gestão de dois anos como vice-prefeita de Natal e a herança política que herdei do meu pai. O trabalho feito como vice-prefeita justifica os 24 mil votos que tive na capital. Em relação ao programa de televisão, não me dou ao luxo de usar isso em meu benefício político, mantenho a televisão a serviço do povo e também é uma forma de me manter próxima do telespectador, ainda mais por ser o público fiel que durante anos me prestigiou quando fui âncora do Jornal do Dia. Repudio qualquer forma de proselitismo político feito na TV Ponta Negra, inclusive isso foi uma regra imposta por mim e nenhum funcionário será poupado se fizer."*

João Carlos: *Deputada, sabe-se que a mídia tem o poder de construir a realidade, uma vez que um fato só ocorre realmente para as pessoas quando é noticiado. Sendo assim, como são tratados em sua emissora e, principalmente, em seu programa assuntos desfavoráveis a sua carreira política?*

*Micarla*:

*"Desconheço esses 'assuntos desfavoráveis'. Tenho trabalhado na política de maneira 100% honesta, seguindo a credibilidade que meu pai teve em sua trajetória. A TV Ponta Negra tem se firmado como uma televisão imparcial todos esses anos, não será agora que irá mudar. Não é segredo que sou pré-candidata à prefeitura de Natal e mesmo assim outros políticos tem ido à minha emissora anunciar seus interesses"*



*políticos e lançar suas pré-candidaturas, sendo de situação ou de oposição. A TV Ponta Negra tem compromisso com a sociedade Potiguar e não com a deputada Micarla."*

**João Carlos:** *Como a senhora analisa a representação que culminou na retirada do ar, por 24 horas, da TV Ponta Negra, durante o segundo turno da última eleição, sob a alegação de proselitismo político em um programa da emissora?*

**Micarla:**

*"O ocorrido foi um tremendo mal entendido, a produção do programa Patrulha da Cidade entrou em contato com a governadora Wilma de Faria, que entrou por telefone ao vivo apenas para me dar os parabéns pela minha eleição, só que a governadora aproveitou a oportunidade para ressaltar o meu apoio à reeleição dela. Após isso a equipe de produção tentou entrar em contato com o senador Garibaldi Filho, para que ele também pudesse entrar ao vivo por telefone, infelizmente não conseguiram pois o senador estava em uma reunião de planejamento do segundo turno. Acarretando um mal entendido que gerou a representação contra a TV Ponta Negra. Na mesma semana a emissora foi retirada do ar novamente, por causa de uma entrevista do ex-deputado Joacy Pascoal, dessa vez foi injusta a representação, pois o TRE alegou reincidência e nenhuma justificativa além disso, ainda mais que a reportagem foi uma crítica ao candidato a deputado estadual Antônio Jácome, que na época era vice-governador e tinha escolhido apoiar o candidato da oposição no segundo turno, mas essa crítica foi do ex-deputado Joacy diretamente para o ex-vice governador, sem nenhuma interferência nem interesse da TV Ponta Negra, posteriormente a equipe de produção do Jornal do Dia procurou, o já eleito deputado estadual, Antônio Jácome, que se recusou a dar entrevista, assim, possibilitando os oportunistas a entrarem com representação contra a TV Ponta Negra.*

*Quero enfatizar que a TV Ponta Negra se manteve imparcial durante todo o período eleitoral, até mesmo em relação a minha candidatura. Alguns profissionais da TV fizeram campanha para a minha eleição, como por exemplo o apresentador Paulo Wagner, mas essa ajuda foi dada fora da TV Ponta Negra".*

Já o deputado Luiz Almir nos concedeu entrevista em seu gabinete na Assembléia Legislativa, em 11 de abril de 2007. Ele trabalha na televisão natalense há mais de dezoito anos e foi eleito pela primeira vez em 1996. O deputado se diz contrário à concessão pública de veículos de comunicação para políticos, no entanto não vê problema em político exercer a função de comunicador: *"Se ganha por merecimento,*





*não é pela função que você exerce” - diz ele. Abaixo transcrevemos integralmente a entrevista com o deputado.*

**João Carlos:** *Como você explica o interesse dos políticos em dominar os meios de comunicação em Natal?*

**Luiz Almir:** *Eu sou até contrário a isso. Eu acho que os veículos de comunicação deveriam servir à comunidade de maneira equânime. Infelizmente cada um usou de artifícios, o que não me diz respeito, para se apropriarem de uma concessão pública. Você vê que essas pessoas pegam uma concessão pública e passam a ter um patrimônio de milhões às custas do povo. Então, eu sou contrário à concessão pública para político em veículos de comunicação, embora a gente saiba que é um uso cotidiano no Brasil inteiro.*

**João Carlos:** *O senhor sente-se beneficiado em relação aos seus adversários políticos por apresentar um programa de TV?*

**Luiz Almir:** *Não; porque o médico é médico, o advogado é advogado, o comunicador é comunicador, o jornalista é jornalista. Eu estou dentro da minha profissão: minha profissão é comunicação. Eu faço isso há mais de 30 anos; sou um dos radialistas mais antigos do Rio Grande do Norte. Sou um homem de comunicação. Eu tenho 18 anos de televisão. Então eu estou fazendo a minha profissão, como qualquer outra: como o gari, como o médico, como qualquer um outro. Agora, eu procuro fazer da maneira mais séria possível e que contribua para a população. A única coisa que isso me diferencia é que faz eu ficar mais conhecido; mas nós temos exemplos aí de pessoas com até mais tempo do que eu em comunicação que não consegue galgar nenhum espaço na vida pública. Porque só ganha... eu acho que é por merecimento; não é pela função que você exerce.*

**João Carlos:** *Deputado, sabe-se que a mídia tem o poder de construir a realidade, uma vez que um fato só ocorre realmente para as pessoas quando é noticiado. Sendo assim, como são tratados em seu programa assuntos desfavoráveis a sua carreira política?*

**Luiz Almir:** *Olhe, eu faço um programa com muita autenticidade. Eu sou um dos poucos apresentadores de televisão que faz duas horas de televisão por dia sem teleprompter, sem ponto de ouvido. Ninguém me diz nada; eu sou criativo: eu faço como se fosse um rádio-televisão. Então, eu uso muita autenticidade. Da mesma maneira que eu critico ou elogiou as outras pessoas, quando chegam críticas contra mim ou elogios*



*eu digo da mesma maneira. Não me incomoda as pessoas me criticarem; até me instrui. Até xingamentos que chegam contra mim eu digo.*

Em 28 de maio enviamos por *e-mail* algumas perguntas ao juiz Magnus Delgado, que nos respondeu no mesmo dia. A seguir transcrevemos as perguntas com as respectivas respostas.

João Carlos: Dr. Magnus Delgado, durante o segundo turno da última eleição, V. Ex<sup>a</sup>. retirou do ar, por 24 horas, a TV Ponta Negra. V. Ex<sup>a</sup>. justificou tal medida afirmando que, se a emissora estivesse tratando de forma imparcial a cobertura do que ela chamou de “guerra psicológica” das adesões para o segundo turno, teria conferido a Antônio Jácome o mesmo espaço cedido a Salatiel de Souza.

Gostaria de saber por qual motivo, na sua opinião, o mesmo rigor não é aplicado quando, durante os períodos não-eleitorais, as emissoras favorecem algum grupo político, como é o caso, por exemplo, da TV Tropical, que frequentemente exhibe, em sua programação, depoimentos dados em Brasília pelo senador José Agripino Maia e pelo deputado federal Felipe Maia, mas não dá o mesmo espaço aos demais deputados e senadores.

Dr. Magnus Delgado: Por conta do princípio da legalidade. É que nos períodos não-eleitorais inexistem qualquer lei que determine o tratamento igualitário entre as diversas facções políticas, valendo aí o princípio constitucional da liberdade plena de expressão.

João Carlos: Há alguma fiscalização, por parte da Justiça, em relação à programação das emissoras de televisão em prol de coibir o tratamento diferenciado de determinados grupos políticos?

Dr. Magnus Delgado: Sim, porém somente nos períodos eleitorais e mediante a provocação por parte do Ministério Público Eleitoral, dos Partidos, Coligações ou candidatos.

Também em 28 de maio de 2007 enviamos perguntas, por *e-mail*, a Jânio Vidal (diretor da TV Tropical), mas até 11 de junho não obtivemos resposta, apesar de, durante 48 horas termos mantido inúmeros contatos telefônicos com sua secretária, identificada apenas como Raimunda, a qual sempre nos afirmava que logo em seguida receberíamos as respostas que esperávamos. Lamentamos não termos essas respostas, uma vez que acreditamos que enriqueceriam bastante este trabalho. As perguntas eram as seguintes:



- 1) Sabemos que a TV Tropical é de propriedade de uma importante oligarquia familiar de Natal. Jornalisticamente, a emissora dá um tratamento imparcial aos membros dessa oligarquia, em relação aos políticos / candidatos de outros grupos?
- 2) Desde a fundação da TV Tropical, em 1988, várias pessoas da família Maia conseguiram eleger-se. Que relação o senhor faz entre a emissora e essas vitórias?
- 3) Costumeiramente, a emissora retransmite pronunciamentos dados em Brasília pelo senador José Agripino Maia e pelo deputado federal Felipe Maia. No entanto esse espaço não é dado aos outros deputados e senadores. Por quê?

### **Proselitismo político: casos exemplares**

A seguir comentaremos os episódios em que foram retiradas do ar, respectivamente, a Inter TV Cabugi e a TV Ponta Negra, por ordens judiciais, ocorridos durante a disputa do segundo turno da eleição para o governo do estado, entre Garibaldi Alves e Wilma de Faria. Esses casos ilustram bem o nível de comprometimento da televisão local com os grupos políticos dominantes.

#### Inter Tv Cabugi

A afiliada da Rede Globo foi retirada do ar pela Justiça Eleitoral no dia 27 de outubro de 2006, às 17h, e só pôde exibir sua programação normalmente 24 horas depois. A razão dessa interdição foi o descumprimento do disposto no art. 54, parágrafo único, da Lei n.º 9.504/97, e art.31, parágrafo único, da Resolução n.º 22.261/2006 - TSE.

Os dispositivos mencionados estabeleciam, de acordo com a liminar deferida pelo juiz auxiliar plantonista Magnus Delgado em 15 de outubro de 2006, que no segundo turno das eleições não seria permitida, nos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita, a participação de filiados a partidos políticos que tivessem formalizado apoio a candidatos de que eram adversários no primeiro turno.

No entanto, ao mencionarem-se, durante a propaganda eleitoral gratuita, as lideranças políticas que apoiavam a candidatura de Garibaldi Alves, da Coligação Vontade Popular, foram exibidas imagens de políticos que no primeiro turno apoiaram a chapa adversária e que mudaram de orientação no segundo. Um desses foi o vice-governador Antônio Jácome, filiado ao PMN, partido integrante da Coligação Vitória do Povo.



Durante a eleição de 2006 a Inter TV Cabugi ficou responsável pela geração do programa eleitoral. Em entrevista ao jornal Tribuna do Norte, da família Alves, em 28 de outubro de 2006, o diretor presidente da Inter TV Cabugi disse que a emissora sempre primava pela total isenção política e que não fazia censura prévia. Porém, a liminar deferida pelo juiz Magnus Delgado recomendava às emissoras geradoras de propaganda eleitoral no rádio e televisão não exibirem trechos da Coligação Vontade Popular considerados irregulares, sob pena de multa no valor de R\$ 20 mil.

Mesmo após ter recebido essa orientação, a emissora da família Alves voltou a exibir propaganda eleitoral considerada irregular pela Justiça Eleitoral, o que fez o juiz auxiliar do TRE, Raimundo Carlyle, em 27 de outubro de 2006, deferir representação retirando a emissora do ar por vinte e quatro horas e multando-a em R\$ 100 mil, valor cinco vezes maior ao que antes havia sido anunciado. O juiz justificou a majoração da multa como necessária para causar temor em descumprir a ordem judicial.

#### Tv Ponta Negra

A retransmissora do SBT no Rio Grande do Norte ainda foi mais explícita quanto ao seu posicionamento político durante as eleições de 2006, chegando a ser retirada do ar pela Justiça Eleitoral duas vezes em apenas quatro dias.

Segundo o jornal Tribuna do Norte (17 de outubro de 2006), em ambos os casos as suspensões se deveram ao tratamento privilegiado dado à candidatura de Wilma de Faria, a quem Micarla de Sousa manifestou apoiou durante as eleições.

A Representação nº 2272/06, de autoria do juiz Arthur Cortez Bonifácio, baseou-se no art. 45 da Lei 9.504/06 para suspender a programação da emissora por 24 horas e aplicar a multa.

A primeira suspensão foi consequência de uma entrevista dada pela governadora Wilma de Faria - que havia vencido o primeiro turno da eleição no dia anterior – ao programa Patrulha da Cidade. Vejamos trechos da entrevista, transcritos dos autos do processo:

*“Micarla de Sousa: (...) Obrigada, a senhora sabe do meu carinho, do meu respeito por você e da torcida, né! Que eu tenho pela senhora e se Deus quiser agente vai tá junto aí, nesse segundo turno”.*

*“Wilma de Faria: (...) Mas tudo isso agente venceu mostrando a força da participação da mulher para fazer um mundo mais justo, mais humano, mais solidário”.*



“*Paulo Wagner (apresentador): Governado, Governadora, Governadora Wilma, é Paulo Wagner seu amido, tudo bom! (...) Eu queria dizer que a senhora realmente é uma guerreira, e conte conosco Governadora!*”!

O diálogo acima deixa claro que houve intenção de favorecer a candidatura de Wilma de Faria, transmitindo aos telespectadores que havia uma relação de amizade de Micarla de Sousa e Paulo Wagner - pessoas que gozam de grande credibilidade na sociedade, principalmente nas camadas menos favorecidas economicamente - com Wilma de Faria. Percebe-se também a tentativa de reforçar a imagem da governadora como uma “guerreira”, o que sempre foi uma estratégia de *marketing* da candidata.

A segunda interdição da TV Ponta Negra foi motivada por uma entrevista ao Jornal do Dia dada pelo vereador Salatiel de Souza (PFL), que deixou a oposição para se aliar à situação. O pefelista aproveitou a oportunidade para criticar a Coligação Vontade Popular.

O Juiz Magnus Delgado justificou sabiamente a decisão tomada lembrando, em entrevista à Tribuna do Norte do dia 17 de outubro de 2006, que:

Caso a emissora estivesse tratando de forma igual a cobertura do que ela chamou de ‘guerra psicológica das adesões para o segundo turno’, teria conferido a Antônio Jácome (que deixou a situação para se aliar à oposição) o mesmo espaço com que foi agraciado o vereador Salatiel de Souza.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que as oligarquias familiares, detentoras das emissoras de televisão em Natal, utilizam esse poderoso meio de comunicação para criar uma perspectiva ideológica que lhes é favorável e, dessa forma, conseguem perpetuar-se no poder. Conseqüentemente, devido à grande importância da capital para o resto do estado, acabam ampliando sua influência para todo o Rio Grande do Norte.

A realidade apresentada ilustra a afirmação presente no livro *Comunicação e controle social* (Guareschi, 2004) de que em nossos dias não existe realidade que não passe pela comunicação, a qual na política é arma “indispensável” na conquista do poder.

Creemos ter deixado claro que a televisão natalense não é democrática, uma vez que a elite governante controla os meios de comunicação. Enquanto esse cenário não for alterado, será impossível pensar-se em qualquer tipo de transformação social, e os problemas da população – na melhor das hipóteses - continuarão os mesmos.



Mas como promover a democratização midiática? A resolução desse problema suscitaria novos e mais aprofundados estudos. Mas, inicialmente, é possível pensar-se em algumas ações. Uma delas é a não-permissão da *propriedade cruzada*, ou seja, da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia. Por exemplo: o clã Alves é proprietário da Inter TV Cabugi, da Rádio Globo Natal, do jornal Tribuna do Norte e ainda possui a de outra TV, a TVI, canal 17, que no momento está alugada a um grupo de Recife; isso sem se levar em consideração as outras concessões de rádio que o grupo tem espalhadas pelo interior do estado. Entretanto, lembramos que a proibição da *propriedade cruzada* dificulta a concentração, porém não impede, pois é uma atitude puramente burocrática, restando a possibilidade de se usarem “laranjas” para enganar a Justiça.

No entanto, para se ter uma mídia mais democrática, acreditamos ser imprescindível a criação de leis que efetuem um certo limite, impedindo manobras em benefício de algum segmento da sociedade, o que hoje só acontece durante os períodos eleitorais, permitindo aos “donos” da mídia criarem, fora desse período, a realidade que lhes convém. É importante que esse limite tenha a participação dos estudiosos da mídia, que, em princípio, devem estar mais aptos a identificar tais manobras.

## REFERÊNCIAS



BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Propaganda Política/ Coligação Vontade Popular. Resp. Artur Cortez Bonifácio (Juiz Auxiliar do TRE). Natal/RN: TRE, 2006.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Propaganda Eleitoral/ Coligação Vontade Popular. Resp. Edilson Alves de França (Procurador Regional Eleitoral). Natal/RN: TRE, 2006.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. **Resultados das Eleições**. Disponível em: <http://www.tre-rn.gov.br/nova/>. Acesso em: 20 dez 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. **Relação de sócios e dirigentes de rádio e TV**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/>. Acesso em: 15 dez 2006.

DE ANTENA ligada. Disponível em: <http://www.unb.br/ceam/nemp/deputados.htm>. Acesso em: 15 fev 2007.

DELGADO, Magnus. **Coligação Vitória do Povo e Wilma Maria de Faria X Coligação Vontade Popular e Garibaldi Alves Filho**. Natal/RN: [s. n.], 2006.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo; Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1981.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação. **Revista Comunicarte**, Campinas – SP: Pontifício Universidade Católica (PUC-Campinas), 2001.

LIMA, Venício A. **Mídia crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mídia teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **Comunicação e controle social**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. Gravação em Cd.

TRIBUNA DO NORTE. **Coligação de Wilma tira Inter Tv/ Cabugi do ar**. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=25425>. Acesso em: 10 fev 2007.

\_\_\_\_\_. **TV Ponta Negra sai do ar pela 2º vez**. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=24362>. Acesso em: 10 fev 2007.

\_\_\_\_\_. **Tv Ponta Negra fica fora do ar por 24h**. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=24206>. Acesso em: 10 fev 2007.